

recente¹⁹, que a empresa ganhadora já é conhecida e que o início da prospecção depende agora de autorização expressa do presidente Lula, por se tratar de atividade em faixa de fronteira.

Está claro que a exploração de petróleo e gás pode não se efetivar em território acreano²⁰. Nos últimos seis anos, todavia, esse projeto deveria ter sido exposto e discutido às claras, referenciado aos interesses energéticos, viários, comerciais, empresariais e (geo) políticos, e aos impactos socioambientais e culturais associados. Amplos estudos também deveriam ter sido iniciados, permitindo que hoje se tivessem fundamentos e opiniões mais sólidos sobre a viabilidade socioambiental desse “sonho petrolífero”. É certo que não existem ainda respostas para várias perguntas que até agora, infelizmente, muitos parecem querer, de forma deliberada, evitar formular ou responder.

Enfim, parece que um certo modelo de “desenvolvimento”, assentado sobre as grandes obras de infra-estrutura viária e energética e sobre a questionável extração de recursos da floresta e de seu subsolo, ancorado nos projetos em execução e previstos na Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está prestes a se consolidar na parte mais ocidental da região amazônica.

Certamente, esse modelo não é coincidente com as formas de vida e os anseios dos povos indígenas e das populações tradicionais, tampouco com as agendas de suas organizações de representação política ou mesmo com os sonhos e planos que foram alimentados durante a gestão do então governador Jorge Viana, no

É certo que não existem ainda respostas para várias perguntas que até agora, infelizmente, muitos parecem querer, de forma deliberada, evitar formular ou responder

Acre, no chamado “Governo da Floresta”.

Os processos ora em curso no Acre e no sudoeste amazônico tornam clara a necessidade de consolidação e fortalecimento, em âmbitos regional, nacional e transfronteiriço, de amplas redes de organizações da sociedade civil, representantes da comunidade científica e parlamentares comprometidos com o objetivo de exercer um efetivo controle social sobre o planejamento, a implementação e o monitoramento das obras de infra-estrutura inerentes às iniciativas oficiais voltadas à “aceleração do crescimento” e à promoção da “integração sul-americana”.

Além desse papel, caberá a essas organizações e redes propor alternativas que resultem na continuidade de promissoras iniciativas locais já em curso, em propostas inovadoras e em políticas públicas que venham a garantir a integridade e a gestão das terras indígenas e unidades de conservação; os direitos e serviços garantidos aos índios e às populações tradicionais nos marcos legais, nacionais e internacionais, bem como outras modalidades de desenvolvimento e integração mais justas, solidárias e sensíveis à diversidade sociocultural.

Marcelo Piedrafita Iglesias

Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ; Pesquisador do Laboratório de Pesquisas sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED/MN/UFRJ)

Edilene Coffaci de Lima

Doutora em Antropologia Social, USP; Professora do Departamento de Antropologia da UFPR

Mauro Barbosa de Almeida

Doutor em Antropologia Social, Universidade de Cambridge; Professor do Departamento de Antropologia do IFCH-UNICAMP; Coordenador do PPGAS/UNICAMP

¹⁹ “Dentro de três meses, já queremos ter feito uns buraquinhos lá...”. Página 20, Rio Branco, 27 de abril (www2.uol.com.br/pagina20/27042007/entrevista.htm)

²⁰ Face às reiteradas críticas, o senador procurou, em várias oportunidades, reiterar a posição de que as atividades de prospecção e exploração não ocorrerão em terras indígenas e unidades de conservação, conforme previsto na legislação, tendo, para reforçar essa posição, se reunido com a coordenação do Conselho Indigenista Missionário, em Brasília. Ver: “Tião Viana tranquiliza Cimi nacional”. A Tribuna, em 3/5/2007.

Orçamento & Política Socioambiental

Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc

Ano VI • nº 20 • maio de 2007

EDITORIAL

Amazônia ameaçada

A atividade de prospecção de petróleo e gás na região do Alto Juruá, no Acre — que concentra uma das maiores biodiversidades da Amazônia brasileira —, relacionada entre os grandes projetos de “desenvolvimento” e “integração regional” no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de enormes impactos socioambientais denota total desconsideração pelas agendas dos povos indígenas e das populações tradicionais.

Nessa região estão situadas 29 terras indígenas e boa parte das áreas de conservação do Acre, como reservas extrativistas, florestas estaduais e o Parque Nacional da Serra do Divisor. Os impactos socioambientais dessa e outras obras, com destaque para o complexo hidrelétrico do Rio Madeira — as usinas de Santo Antônio e Jirau —, e a conclusão da rodovia Transoceânica, que pretende ligar a região amazônica aos portos do Oceano Pacífico, precisam ser mensurados e seus resultados publicizados.

O comprometimento do bioma e das populações tradicionais, que sequer foram consideradas ou consultadas na elaboração dos projetos, reforça a prevalência do econômico sobre o humano, em prol do qual essas ações deveriam estar sendo desenvolvidas. Nesta publicação, o Inesc coloca uma série de questionamentos ao governo sobre os riscos que essas obras podem representar para a região amazônica e os povos que historicamente ocupam a região.

Os riscos da IIRSA e do PAC para a Amazônia

Um cenário preocupante está atualmente delineado no sudoeste amazônico, em decorrência da articulação de vários grandes projetos de “desenvolvimento” e de “integração regional”, já em execução ou previstos, no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na IIRSA, o Eixo Peru-Brasil-Bolívia tem como “projeto âncora” a pavimentação da Rodovia Transoceânica, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Cooperação Andina de Fomento (CAF), com o objetivo principal de “im-



pulsionar a integração regional”, por meio da ligação do sudoeste amazônico aos portos do Oceano Pacífico, com vistas à exportação e acesso de produtos a mercados internacionais. Integram esse Eixo três Grupos, que incluem 44 projetos - dentre eles, o “complexo hidrelétrico do rio Madeira” -, e investimentos totais estimados em US\$ 11,6 milhões, em quatro estados brasileiros (AM, RO, AC e MT), sete departamentos peruanos e dois bolivianos.

No âmbito do Eixo do Amazonas, também na fronteira Brasil-Peru, o chamado Grupo 4 (“Acesso à Hidrovia do Ucayali”) prevê, dentre sete projetos, as interconexões viária e energética entre Pucallpa, capital do Departamento do Ucayali, e Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade acreana, “ponto final” das obras previstas no PAC para o asfaltamento da BR-364¹.

No sudoeste amazônico, o PAC prevê, nos próximos quatro anos, as seguintes obras de infra-estrutura: 1) “investimento em transportes” (construção e pavimentação da BR-364, trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul/AC, e “restauração, melhoramentos e pavimentação da BR-319, trecho Manaus/AM-Porto Velho/RO); 2) “ampliação da infra-estrutura de transporte de

Os grandes projetos de “desenvolvimento” e “integração regional” têm demonstrado uma total desconsideração pelas agendas, históricas e atuais, dos povos indígenas e das populações tradicionais

gás natural” (conclusão dos gasodutos Urucu-Coari e Coari-Manaus/AM, já em andamento, e a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, “em estudo”); 3) “geração de energia elétrica” (construção das Usinas Hidroelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira/RO); e 4) “transmissão de energia elétrica” (construção das linhas de transmissão para ligação do “sistema isolado” AC/RO com o “sistema interligado nacional” Porto Velho/RO- Jauru/MT). Mais detalhes sobre os projetos e seus orçamentos podem ser conferidos na tabela 1.

Na fronteira internacional Brasil-Peru, na extensão que coincide com o Estado do Acre, o governo peruano tem, nos últimos anos, priorizado políticas de concessão de amplas extensões florestais a empresas madeireiras e petrolíferas, com profundos impactos sobre “áreas naturais protegidas”, territórios de “comunidades nativas” e “reservas territoriais” criadas e propostas para a proteção de povos indígenas “em isolamento voluntário e contato inicial”. Os impactos das atividades de madeireiros peruanos têm, com frequência, se estendido ao território acreano, com a invasão e a retirada de madeiras nobres na Terra Indígena Kampa do rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), situados na fronteira internacional.

De comum, os grandes projetos de “desenvolvimento” e “integração regional”, além das enormes conseqüências ambientais, em curso ou potenciais, têm demonstrado uma total

¹ Iniciada em 1999, a pavimentação de certos trechos da BR-364 contou com recursos do governo federal e, nos últimos anos, do “Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre” (BR-03013), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No âmbito do PAC, o governo do Acre recebeu garantias do governo federal sobre a liberação, em 2007, de R\$ 540 milhões para a conclusão do asfaltamento da rodovia, permitindo a ligação definitiva entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Tabela 1

Sudoeste Amazônico - Projetos do PAC Infra-estrutura

RODOVIAS – PROJETOS ESTRUTURANTES – REGIÃO NORTE

Projeto	Conclusão	Financiador	Valor Investido (Milhões)	UF
BR- 163/MT/PA - Pavimentação Guarantã do Norte/MT-Rurópolis-Santarém/PA, incluindo acesso a Miritituba/PA (BR-230/PA)	2010	Governo Federal	R\$ 1.504,30	PA
BR-364/AC - Construção e Pavimentação Sena Madureira-Cruzeiro do Sul	2010	Governo Federal	R\$ 540,00	AC
BR-319/AM Restauração, melhoramentos e Pavimentação Manaus/AM – Porto Velho/RO, incluindo construção da ponte sobre o Rio Madeira	2012	Governo Federal	R\$ 95,00	RO

RODOVIAS – PROJETOS ESTRUTURANTES – REGIÃO CENTRO-OESTE

Projeto	Conclusão	Financiador	Valor Investido (Milhões)	UF
Duplicação da BR-163/364 no Trecho Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	2010	Governo Federal	R\$ 100,00	MT
BR-158/MT - Construção e Pavimentação no Trecho Ribeirão Cascalheira (Entr. MT-326) - Divisa MT/PA	2009	Governo Federal	R\$ 400,00	MT
BR-364/MT - Construção e Pavimentação no Trecho Diamantino - Campos Novos dos Parecis	2010	Governo Federal	R\$ 260,00	MT

HIDROVIAS – PROJETOS ESTRUTURANTES – REGIÃO CENTRO OESTE

Projeto	Conclusão	Financiador	Valor Investido (Milhões)	UF
Melhoramento da Hidrovia do Pará-Paraguai	2009	Governo Federal	R\$ 20,00	

ENERGIA - REGIÃO NORTE – USINAS PREVISTAS

Projeto	Início operações	Valor	Data do Leilão	UF
UHE Santo Antonio	SET – 2012	R\$ 9,2 Bi	Maio – 2007	RO
UHE Jirau	FEV – 2013	R\$ 9,2 Bi	Outubro – 2007	RO
UHE Rondon II	Licença de Instalação renovada em FEV – 2006	R\$ 45,6 Milhões	—	RO

ENERGIA - LINHAS DE TRANSMISSÃO A CONCLUIR EM 2008 – NORTE

Projeto	Valor	UF	Consórcio
LT Samuel - Ariquemes CS	R\$ 366,3 Milhões	RO	—
LT Ariquemes - Ji-Paraná CS	-	RO	—
LT Ji-Paraná - Pimenta Bueno CS	-	RO	—
LT Pimenta Bueno - Vilhena CS	-	RO	—
LT Vilhena - Jarau CD	-	RO	—

ENERGIA - AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DE GÁS GASODUTOS

Projeto	UF	Conclusão Prevista
3 gasodutos, totalizando 1.183 km, permitindo o aproveitamento da produção de gás da Região de Urucu – AM, com conclusão prevista para Fev/2009.	AM	FEV – 2009

Fonte: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

desconsideração pelas agendas, históricas e atuais, dos povos indígenas e das populações tradicionais; pelas iniciativas por eles realizadas para a gestão e a proteção de seus territórios coletivos; pelos marcos legais, nacionais e internacionais que contemplam a consulta e a participação de suas organizações nas discussões de projetos governamentais e do Legislativo que afe-

tem suas formas de vida e territórios; e ainda, pelas propostas formuladas pelas suas organizações para viabilizar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que garantam seus direitos e suas necessidades fundamentais.

O presente texto² pretende, a partir da perspectiva do início de atividades de prospecção de petróleo e gás no Estado do Acre, discutir como

² O texto constitui uma versão modificada, a pedido do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), do artigo “Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais no Alto Juruá”, publicado no jornal Página 20, Rio Branco, em 29/4/2007, p. 22-23.

Orçamento & Política Socioambiental

Orçamento & Política Socioambiental: uma publicação do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, em parceria com a Fundação Heinrich Boll. Tiragem: 1,5 mil exemplares. INESC - End: SCS – Qd, 08, bl B-50 - sala 435 - Ed. Venâncio 2000 – CEP 70.333-970 Brasília/DF – Brasil – Tel: (61) 3212 0200 – Fax: (61) 3212 0216 – E-mail: protocoloinesc@inesc.org.br – Site: www.inesc.org.br. Conselho Diretor: Armando Raggio, Caetano Araújo, Eva Faleiros, Guacira Cesar, Iliana Canoff, Jean Pierre, Jurema Werneck, Padre Virgílio Uchoa, Pastor Ervino Schmidt. Colegiado de Gestão: Atila Roque, Iara Pietricovsky, José Antônio Moroni. Assessoras/as: Alessandra Cardoso, Caio Varela, Edécio Vigna, Eliana Graça, Francisco Sadeck, Jair Barbosa Júnior, Luciana Costa, Ricardo Verdum. Assistentes: Álvaro Gerin, Ana Paula Felipe, Lucídio Bicalho. Instituições que apoiam o Inesc: Action Aid, CCFD, Christian Aid, EED, Embaixada do Canadá – Fundo Canadá, Fastenopfer, Fundação Avina, Fundação Ford, Fundação Heinrich Boll, KNH, Norwegian Church Aid, Novib, Oxfam, Save the Children Fund e Wemos Foundation. Jornalista responsável: Luciana Costa (DRT 258). Produção: Jair Barbosa Jr.

a articulação dessa iniciativa com os projetos, em implantação e previstos, no IIRSA e no PAC, podem vir a gerar imensos impactos sobre os territórios de amplo conjunto de povos indígenas e de populações tradicionais no estado, e especificamente, no Alto Juruá, uma das regiões de maior biodiversidade da Amazônia brasileira.

O sonho do “ouro negro”

O mês de fevereiro de 2007 chegou com a notícia de que o senador Tião Viana (PT-AC) assegurara recursos no orçamento geral da União para incluir o Estado do Acre na agenda das prospecções a serem licitadas ao longo do ano pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)³.

De lá para cá, muita tinta correu sobre o assunto e alguém já escreveu, com certa ironia, que, antes mesmo da prospecção ser iniciada, a existência de petróleo e gás no Acre é tida como favas contadas⁴. Parecem ser favas contadas também tudo o que se alardeia sobre a riqueza e os benefícios que advirão. Com a exploração do petróleo, o Acre supostamente poderia reviver o período de opulência econômica do início da exploração da borracha, na virada do século XX. Não custa recordar que, dentre os resultados dessa opulência, cantada em verso, prosa e, mais recentemente, romanceada na minissérie “Amazônia”, inúmeros povos indígenas desapareceram e os seringueiros e índios foram submetidos a condições de vida que não deixavam nada a dever à escravidão, abolida oficialmente no Brasil quando o boom da borracha começava.

A simples idéia de atividades voltadas à prospecção de petróleo no Acre já reacende no horizonte desacertos antigos. Na Serra do Divisor (AC), o Departamento Nacional da Produção Mineral e a Petrobrás realizaram prospecções, sem resultados concretos

Alardeia-se, ainda, que o Acre poderá ter no futuro uma nova grande fonte geradora de recursos, para investir na melhoria da qualidade de vida de sua população. A nova fonte atende pelos nomes de petróleo e gás. Mas a simples exploração desses recursos trará automaticamente essa melhoria? Como serão repartidos os prejuízos e benefícios advindos da exploração, e para quem irão os maiores lucros? Que entidades regulatórias tratarão desse tema? Qual será o papel das organizações de representação dos povos indígenas e das comunidades florestais nessas entidades? Essas perguntas são sonegadas nas matérias na imprensa e nos argumentos daqueles favoráveis à iniciativa.

Certamente, a avaliação do que venha a ser riqueza, pujança, bem-estar e fartura depende muito da perspectiva daquele que fala. Aqui, tomaremos como hipótese inicial o fato de que a exploração de petróleo e gás no Acre, particularmente no Alto Juruá, são favas contadas, para podermos refletir sobre algumas de suas possíveis implicações futuras.

Exploração em áreas protegidas?

A simples idéia de atividades voltadas à prospecção de petróleo no Acre já reacende no horizonte desacertos antigos. Na Serra do Divisor (AC), o Departamento Nacional da Produção Mineral e a Petrobrás realizaram prospecções, sem resultados concretos, nas décadas de 1930, 1960 e 1970⁵.

No Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), onde se suspeita mais fortemente que exista petróleo em abundância, em meados dos anos 90 algumas famílias começaram a reivindicar o reconhecimento de sua identidade indígena — eram e são os Nawa. Esses índios foram duramente rechaçados por agentes governamentais e não-governamentais, que questionaram, inclusive na Justiça Federal, a autenticidade de sua indianidade, alegando que esta só teria emergido motivada pelo interesse de ficarem no Parque.

Como se sabe, a legislação ambiental brasileira não prevê a presença humana em parques nacionais. Com muito custo, e como resultado de uma decisão da Justiça, balizada numa perícia antropológica, os Nawa garantiram, em 2003, seu direito de permanecer num território que ocupam incontestemente — uma conquista respaldada na Constituição de 1988, que estabelece que os índios têm precedência histórica na ocupação de qualquer território, ainda que seja um parque nacional, e determina ao governo federal a demarcação e proteção das terras por eles tradicionalmente ocupadas.

O caso dos Nawa leva a uma indagação simples, que fazemos a alguns dos órgãos oficiais e a organizações não-governamentais que não se manifestaram ainda sobre a prospecção de petróleo, ou que, com alguma discricção, preferiram mudar de idéia no curso do debate: se índios não deveriam permanecer no PNSD, petróleo e gás devem ser ali explorados? As populações tradicionais que ali moram, pouco mais de 500 famílias, devem ser removidas do Parque para quê, exatamente? Para a entrada de uma grande empresa exploradora de petróleo?

Em 2 de abril de 2007, uma comitiva de políticos, empresários e quatro representantes do movimento social visitou a “Província Petrolífera de Urucu”, no Município de Coari (AM), a convite do senador Tião Viana. Três dias depois, matéria de sua assessoria de comunicação, publicada na imprensa acreana, registrou:

“os técnicos deixaram claro, ainda, para a comitiva, que a Petrobrás nunca ‘praticou,

Se as esperanças de encontrar e explorar “ouro negro” estão depositadas no Alto Juruá, cabe lembrar, uma vez mais, que estão ali situadas 29 terras indígenas e boa parte das áreas de conservação do Acre

ousou e sequer pensou’ em explorar derivados do petróleo em terras indígenas e em unidades de conservação, pois a legislação ambiental brasileira não permite que tal atividade ocorra nessas áreas protegidas por força da Constituição do país”⁶.

Ainda bem, mas não custa acompanhar. Em países onde a legislação é menos rígida, como no Peru e Equador, a empresa não demonstra o mesmo compromisso com a responsabilidade socioambiental propagandeada no Brasil, ou com os direitos humanos, ao atuar em unidades de conservação e em territórios reconhecidos para os povos indígenas, inclusive os “isolados”⁷.

Se as esperanças de encontrar e explorar “ouro negro” estão depositadas no Alto Juruá, cabe lembrar, uma vez mais, que estão ali situadas 29 terras indígenas e boa parte das áreas de conservação do Acre: três reservas extrativistas (Alto Juruá, Riozinho do Liberdade e Alto Tarauacá), três florestas estaduais e o PNSD⁸. Além dos seringais ocupados por populações que faz um século vivem do extrativismo e da agricultura, há nessa região 32 projetos destinados pelo Incri, sob diferentes modalidades, a famílias beneficiárias da reforma agrária.

A exploração de petróleo, assim como de outras riquezas minerais, depende de lei específica para acontecer em terras indígenas, como disposto nos art. 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal. Essa lei específica ainda não foi formulada, discutida ou aprovada pelo Congresso Nacional, e enquanto não existir, não poderá ocorrer qualquer exploração de recursos minerais em terras indígenas.

Por sua vez, o art. 28 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, estabelece: “São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer al-

³ “ANP vai prospectar petróleo e gás no Acre ainda este ano”. (Aquino, R.). Página 20, em 8/2/2007.
⁴ “Petróleo, meio ambiente e sociedade”. (Franke, I.L.). Página 20, em 28/3/2007.
⁵ Ver Ranzi, A., em <http://altino.blogspot.com/2007/04/prospeco.html>

⁶ “Representantes do Acre aprovam exploração de petróleo”. A Tribuna, Rio Branco, em 5/4/2007.
⁷ Leroy, J. P. & Malerba, J. (org.). Petrobras: integración o explotación? Rio de Janeiro, FASE/Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2005. A respeito da sobreposição de lotes petrolíferos com territórios indígenas na fronteira Acre-Peru, ver Sevá, O. & Iglesias, M.P. “O petróleo e o gás debaixo da terra Pan-Amazônica (III)”. Página 20, em 15/4/2007, p. 22-23.
⁸ Sobre a atual situação das terras indígenas no Acre e o mosaico de 27 terras indígenas e 14 unidades de conservação configurado ao longo da fronteira com o Peru e suas adjacências, com extensão agregada de pouco mais de 7,8 milhões de hectares, ver Iglesias, M.P. & Aquino, T.V. de “Povos e terras indígenas no Estado do Acre”. (Subsídio ao Eixo da Sócio-Economia do ZEE do Acre-Fase II). Rio Branco, mimeo, 2006, p. 52.

terações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos". É certo que os técnicos da ANP e da Petrobrás sabem disso. Os movimentos sociais e as organizações indígenas devem também ter isso sempre em mente. E estejam atentos a iniciativas como o Acórdão 560/2007, do Plenário do Tribunal de Contas da União, de 11 de abril, e o projeto de lei em vias de ser apresentado pelo governo ao Congresso, que visam abrir as terras indígenas à exploração mineral, e podem futuramente gerar jurisprudência para viabilizar o início da exploração petróleo e gás nesses mesmos territórios.

É fundamental ressaltar ainda que os resultados do Zoneamento Econômico-Ecológico do Acre (Fase II) não recomendam, ou mesmo contemplam, a possibilidade de exploração de petróleo e gás em território acreano. Esses resultados foram produzidos, em cinco anos, por técnicos de órgãos governamentais e consultores especializados; discutidos nas sedes municipais; referendados pelas Câmaras da Comissão Estadual do ZEE; apresentados à Assembleia Legislativa pelos Secretários de Planejamento e de Meio Ambiente; e, finalmente, aprovados pelos deputados em dezembro de 2006.

Cabe ressaltar o documento assinado, em 12 de abril de 2007, pela Coordenação Regional do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA-Acre), e por oito sindicatos de trabalhadores rurais e nove organizações da sociedade civil, no qual exigem garantias à integridade das terras indígenas e unidades de conservação; respeito aos marcos legais; mecanismos de controle e parti-

cipação social; amplas salvaguardas socioambientais em todas as etapas do processo. O documento condena "toda forma de cerceamento à livre expressão" e defende o debate qualificado e a democratização da informação como instrumentos para a definição dos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável do Acre e a melhoria de vida de sua população⁹.

Por fim, vale destacar a firme oposição às atividades de prospecção e exploração de petróleo, gás e outros recursos minerais em terras indígenas, já demarcadas e em processo de reconhecimento oficial, ou em regiões que possam resultar em impactos diretos ou indiretos sobre esses territórios, firmada por três organizações e 20 povos indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia, em documento tornado público em 14 de abril de 2007¹⁰.

Escalas regional e binacional

Grande destaque tem sido dado na imprensa acreana sobre a possibilidade de diminuição, e inclusive sobre a inexistência, dos impactos ambientais na exploração de petróleo e gás. A comitiva que, por poucas horas, realizou uma visita guiada pela Petrobrás para conferir o propagandeado modelo exemplar de Urucu, afirmou ter voltado impressionada com o "mínimo impacto" da exploração ali realizada, dando margem a que essa visão se consolidasse como verdade absoluta a fundamentar os argumentos daqueles favoráveis à prospecção. Desastres ocorridos nas últimas décadas em territórios indígenas e em unidades de conservação em vários países sul-americanos, e em outras regiões do planeta, sinalizam, contudo, para a impropriedade de se imaginar que a exploração petrolífera, quando avaliada ao longo de toda a sua extensa cadeia produtiva, de refino e de distribuição, possa ser feita com baixo impacto ambiental ou com a ausência de riscos significativos.

Visando também colaborar com a problematização da esperança hoje depositada na prospecção, perguntamos: como se pensam os impactos sociais e ambientais de uma futura exploração? Como se mensuram os impactos sobre a população acreana, particularmente sobre aquela parcela que, ao longo de décadas e gerações, desenvolveu formas sustentáveis de relação com a floresta e a mantém firmemente em pé?

Não pretendemos, nestas poucas linhas, esgotar o assunto, mas cabe indagar: caso haja exploração de petróleo e gás no Alto Juruá, como serão esses produtos dali transportados? Um impacto — e não devemos jamais perder isso de vista — gera outro, numa onda que se propaga, alcançando escalas e magnitudes crescentes.

Planeja-se escoar essa produção pelo Juruá até Manaus por água, pelas estradas ou por meio da construção de um oleoduto? A alternativa de transporte pelo rio Juruá sequer merece ser comentada, visto que nem mercadorias essenciais conseguem ser trazidas por balsas às sedes municipais nos meses da estação seca. Será pela BR-364, de Cruzeiro do Sul até Rio Branco, para seguir para o restante do Brasil e, pela BR-317, para o Peru, pela Rodovia Transoceânica? Haveria uma terceira alternativa: realizar outra integração rodoviária com o Peru, estendendo a BR-364, cortando florestas dos rios Juruá e Ucayali, até Pucallpa, capital do Departamento do Ucayali. Ou seja, por uma segunda estrada binacional até o Pacífico. Se for por um oleoduto/gasoduto, quais seriam os traçados possíveis? Para Urucu (AM), cortando imenso trecho de florestas no alto e médio cursos do rio Juruá? Para o oeste, para Pucallpa? Ou para o

sul, aproveitando as concessões que, a partir de 2005, a Petrobrás obteve no alto Juruá peruano e na adjacência do complexo de gás de Camisea, de onde um gasoduto parte para o Pacífico? Todas essas alternativas implicam em cruzar terras indígenas, inclusive de índios "isolados", e unidades de conservação, em regiões com altíssimos índices de biodiversidade.

Para além dos desdobramentos da exploração localizada de petróleo e gás, portanto, novos impactos socioambientais se configuram, e nenhum deles é "mínimo". As estradas que permitirão escoar a produção de petróleo e gás não poderão servir também para escoar madeira, explorada ilegalmente no Brasil? Se a exploração ilegal de madeira é problema hoje — inclusive feita por peruanos que a bandeiam para o lado de lá —, como será quando novas estradas forem abertas? As rodovias não favorecerão o incremento do tráfico de drogas, problema constante no Alto Juruá há pelo menos duas décadas? O desmatamento e a expropriação fundiária não deverão também ganhar força com a valorização da terra no entorno dessas vias e com a perspectiva de exportação de carne bovina para Pucallpa?

O fato incontestável é que os planos de exploração petrolífera na fronteira acreano-peruana, da conexão viária até Pucallpa, e de exportação de carne bovina para o Peru estão interligados, podendo levar a uma integração irreversível, de imensas conseqüências, entre o sudoeste amazônico e os países andinos, no sentido leste-oeste. Já contemplados na IIRSA, os interesses geopolíticos, financeiros, energéticos, viários e comerciais associados a essa ligação transamazônica, no sentido Rio Branco-Cruzeiro do Sul-Pucallpa, gerarão impactos, diretos e indiretos, potencialmente gigantescos¹¹.

No âmbito dos projetos do Grupo 4 ("Acesso à Hidrovia do Ucayali"), do Eixo do Amazonas, do IIRSA, os investimentos necessários à "Interconexão Vial" Cruzeiro do Sul-Pucallpa

É fundamental ressaltar ainda que os resultados do Zoneamento Econômico-Ecológico do Acre (Fase II) não recomendam, ou mesmo contemplam, a possibilidade de exploração de petróleo e gás em território acreano

Para além dos desdobramentos da exploração localizada de petróleo e gás, portanto, novos impactos socioambientais se configuram, e nenhum deles é "mínimo"

⁹ A "Nota sobre a prospecção de petróleo e gás no Estado do Acre" foi divulgada durante a palestra "Prospecção de derivados do petróleo no Acre e responsabilidade ambiental", organizada pelo gabinete do Senador Tião Viana, em 12 de abril de 2007, em Rio Branco. A nota está disponível em www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=2325

¹⁰ "Contra as ameaças criminosas do governo brasileiro à integridade e segurança dos povos e territórios indígenas". Disponível em www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=2492&cid=348

¹¹ Ver Iglesias, M.P. & Aquino, T.V. de. "Geopolítica das fronteiras acreanas com o Peru e os povos indígenas". (Subsídio ao Eixo Cultural e Político do ZEE do Estado do Acre-Fase II). Rio Branco, mimeo, 2006, p. 57.

estão estimados em US\$ 247 milhões e à “Interconexão Energética” entre essas cidades, em US\$ 40 milhões¹².

Recentes acordos binacionais reforçam esse cenário futuro. Em Comunicado feito em 9 de novembro de 2006¹³, os presidentes Lula e Alan Garcia ressaltaram a “alta prioridade” atribuída por seus governos ao “processo de integração da infraestrutura física” entre ambos países, Brasil e Peru, concordando em apoiar a conclusão da Rodovia Transocêânica e o acesso rodoviário entre Cruzeiro e Pucallpa. Registraram ainda memorando assinado pelos Ministérios de Minas e Energia, estabelecendo um mecanismo de “consulta e cooperação bilateral em matéria energética, geológica e de mineração”, e a relevância do “Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de investimentos em exploração, produção, transporte, transformação e distribuição de hidrocarbonetos”, firmado entre a Petrobrás, a Petroperú e a Perúpetro, em 27 de setembro passado.

No Congresso Nacional, integrantes da bancada acreana oriundos do Vale do Juruá têm se mobilizado para fazer essa agenda da integração avançar. Na Câmara, Gladson Cameli (PP) e Iderlei Cordeiro (PPS) são titulares da Comissão de Viação e Transporte e suplentes da Comissão da Amazônia. O segundo acaba de assumir a coordenação da Frente Parlamentar Brasil-Peru. Antes, enviara ao Ministro de Planejamento requerimento de informação sobre “a perspectiva de implementação da Agenda IIRSA” com recursos do PAC; “o andamento dos projetos referentes ao Eixo do Amazonas e do Grupo Acesso à Hidrovia

de Ucayali”; “a perspectiva de execução da conexão Pucallpa-Cruzeiro do Sul nos termos do PAC” e “a prioridade da ligação viária do Brasil com o Peru através do Vale do Juruá”¹⁴.

O deputado Iderlei Cordeiro (PPS/AC) ainda participou de audiência com a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando estudos para a extensão da BR-364 até a fronteira peruana, de forma a subsidiar futuros entendimentos bilaterais para concretizar a via binacional. E, com o Secretário de Relações Exteriores do Agronegócio do Ministério da Agricultura, pediu informações sobre os requisitos de certificação sanitária necessários à exportação de carne bovina para Pucallpa e à importação de frutas, verduras e peixes e seus derivados. Em 24 de abril de 2007, o Secretário de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento e coordenador do IIRSA no Brasil, Ariel Pares, compareceu à Comissão da Amazônia, na Câmara, onde afirmou que a estrada até Pucallpa é viável sob o aspecto econômico, mas amplas consultas serão necessárias junto aos índios, seringueiros e outros setores devido aos imensos impactos ambientais que sua abertura acarretará¹⁵.

Ao lermos os jornais acreanos, tudo se passa como se o que estivesse hoje em jogo no Alto Juruá fossem iniciativas desarticuladas: o asfaltamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul, o intercâmbio comercial com Pucallpa, o anúncio da exploração petrolífera (sem especificar trajetos possíveis para o seu escoamento) e, em letra miúda, as discussões sobre ações binacionais para a integração aérea e viária.

É ingenuidade supor, pelo que foi exposto, que a exploração de petróleo e gás se resume a aumentar as arrecadações estadual e municipais e a canalizar *royalties* para uso em fins sociais e ecológicos, como alegam os defensores da proposta. Custa crer, ainda, que essa agenda da ligação viária e energética esteja em construção ante nossos olhos, sem que as sociedades acreana e brasileira tenham

sido chamadas a discutir os efeitos previsíveis das obras de infra-estrutura; dos fluxos de capitais, pessoas e mercadorias que serão iniciados; bem como dos deslocamentos migratórios para os já precários centros urbanos e dos impactos sobre a floresta e as populações tradicionais que nela habitam. Somados, os resultados desses processos dificilmente ficarão atrás daqueles que transformaram profundamente Rio Branco e o Vale do Acre em décadas recentes, de triste memória.

Impactos socioambientais

Lembremos que, em 2003, no início das discussões sobre a integração com o Departamento do Ucayali, o então governador do Acre, Jorge Viana, chegou a propor que uma faixa de 50 quilômetros ao longo da fronteira do Acre com o Peru fosse preservada de qualquer exploração, para proteger o meio ambiente e garantir as boas relações entre as populações locais. Essa proposta foi novamente defendida em encontro com o então presidente Alejandro Toledo, em Lima, em março de 2004, no qual as invasões e os prejuízos ambientais promovidos por madeireiros peruanos na Terra Indígena (TI) Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) foram claramente colocados como obstáculo ao avanço da integração.

No atual contexto, trata-se, novamente, não apenas de manter a integridade e viabilidade do PNSD, das reservas extrativistas e terras indígenas já existentes. Antecipando-se às enormes consequências daquele modelo de integração, trata-se de dar transparência aos planos de trajetos, tanto de estradas como de possíveis gasodutos/oleodutos, para subsidiar a criação de zonas de proteção em ambos os países e a elaboração, com ampla participação, de planos de zoneamento regional e de mitigação e compensação dos impactos

socioambientais.

Há exemplos, em outros países, de discussões públicas de projetos energéticos similares que levaram a soluções de longo prazo, contemplando efetivamente os direitos de populações indígenas e tradicionais. No caso do gasoduto-oleoduto do Vale do Mackenzie, no Canadá, uma medida foi a criação de um escritório de apoio aos grupos aborígenes e a outros interessados, com a responsabilidade de apoiar as comunidades nativas e demais moradores locais a fortalecerem sua capacidade organizacional para participarem em todos os aspectos do projeto; coordenar e estabelecer relações de trabalho efetivas com órgãos de governo, empresas e outros atores; coordenar as demandas e contribuições sobre os aspectos ambientais; e apoiar a pesquisa científica em relação à avaliação da construção e da operação do gasoduto. Mas as discussões e essas medidas foram feitas antes, e não depois dos fatos consumados.

Para ficarmos apenas com os impactos gerados pelas estradas no Acre, vale lembrar que a pavimentação da BR-364, no trecho entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, ainda não concluído, não previa impactos dessa monta. Quando as pesquisas antropológicas para a revisão dos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMAs) do asfaltamento da BR-364 e da BR-317 foram feitas, em 2001, a exploração do “ouro negro” não constava — pelo menos de modo transparente — na agenda dos representantes políticos acreanos. Tendo em conta que a BR-364 corta por 18 quilômetros a Terra Indígena Campinas Katukina, fortemente impactada pela pavimentação, será preciso realizar novos estudos, ali e em todo o entorno da estrada, para avaliar os impactos socioambientais e a viabilidade do seu uso para transportar o que for produzido a partir da exploração petrolífera e/ou de gás.

Algumas das medidas definidas para minimizar o impacto do asfaltamento da BR-364 entre os Katukina da Terra Indígena Campinas, ainda hoje, passados mais de seis anos, não foram implementadas de modo adequado — como é o caso de um diagnóstico do estoque faunístico para

A estrada até Pucallpa é viável sob o aspecto econômico, mas amplas consultas serão necessárias junto aos índios, seringueiros e outros setores devido aos imensos impactos ambientais que sua abertura acarretará

Algumas das medidas definidas para minimizar o impacto do asfaltamento da BR-364 entre os Katukina da Terra Indígena Campinas, ainda hoje, passados mais de seis anos, não foram implementadas de modo adequado

¹² IIRSA. Planificación Territorial Indicativa: Cartera de Proyectos IIRSA 2004. Buenos Aires, Comitê de Coordenação Técnica, 2004, p. 92.

¹³ www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=4080

¹⁴ Cabe destacar que R\$ 11,3 milhões foram autorizados para o projeto “Interconexão Viária Pucallpa-Cruzeiro do Sul (AC)” na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, ainda que nenhum recurso tivesse sido efetivamente liquidado até 10/11/2006. Ver “O insustentável ambiente da integração”. Boletim Orçamento & Política Socioambiental, número 19, 2006, disponível em www.inesc.org.br.

¹⁵ “Ligação do Acre com Pucallpa é viável, diz secretário”. Agência Amazônia, em 25/4/2007.

embasar a elaboração e execução pelos índios de um plano de manejo de caça. A pavimentação provocou profundas mudanças na vida dos Katukina, particularmente em sua dieta alimentar, e também aumentou as invasões de caçadores na terra indígena e a violência em seu entorno¹⁶.

Se os Katukina até agora não foram devidamente assistidos naquilo que foi previsto no início do asfaltamento da estrada, na primeira gestão Jorge Viana, quando o serão?

Que garantia terão eles, e outros povos indígenas e populações tradicionais que vivem no entorno da estrada, de que os novos impactos serão minimizados e compensados no futuro próximo, com o uso da rodovia para escoar a produção petrolífera, se planos de mitigação mais simples, antes acordados, não foram implementados?¹⁷. Cabe ponderar, ainda, que se não fosse pela pressão exercida pelos Katukina junto ao governo estadual, e pela responsabilidade, boa vontade e dedicação de alguns poucos funcionários, esses planos nunca teriam sido executados.

É possível crer que planos de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos ambientais e socioculturais resultantes da conjugação do asfaltamento da BR-364, do manejo madeireiro empresarial nas florestas estaduais e da exploração de petróleo e gás serão elaborados e efetivamente cumpridos pelos governos estadual e federal no Alto Juruá? É difícil acreditar, à luz da experiência recente.

Nos últimos anos, relevantes articulações, envolvendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e comunidades científicas do

Brasil, Peru e Bolívia, mais recentemente com apoio oficial, têm produzido críticas fundamentadas aos impactos socioambientais das políticas de desenvolvimento em curso, e levado a cabo discussões que podem provocar outros zoneamentos territoriais e a proposição de outras alternativas de “integração regional”. Cabe destacar, primeiramente, a Iniciativa Madre de Dios, Acre, Pando (MAP)¹⁸, criada em 2002, que tem focado sua atuação na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia, onde está em curso a pavimentação da Transoceânica.

Em 2004, quando a abertura da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul entrou na agenda de negociações entre os governos do Acre e do Ucayali, apenas empresários e políticos foram chamados a participar, no âmbito da Secretaria Técnica Acre-Ucayali. Nesse mesmo ano, a sociedade civil constituiu o “GT para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru)”, e em julho de 2006, com ambos os governos, o “Fórum para a Integração Acre-Ucayali”, nos quais a estrada deixou de ser o foco prioritário e outros aspectos da “integração” passaram a ser discutidos.

Pouca transparência

As questões relacionadas à ampliação dos impactos que, via de regra, resultarão da exploração petrolífera e de gás no Acre não foram devidamente debatidas até o atual momento. Se não forem desde já, quando serão?

As conseqüências da exploração de petróleo certamente não se limitam à área efetivamente explorada. Uma avaliação meticulosa e precisa da onda de impactos que se propagará deve ser incluída de imediato na agenda, para que se tenha plena certeza — isso talvez aumente as incertezas ou os argumentos contrários — da viabilidade da exploração ou dos custos que os acreanos podem, ou querem efetivamente pa-

gar para participar da concretização de um sonho petrolífero estatal de quase sete décadas.

Consta de várias matérias publicadas na imprensa acreana que foram iniciadas, há seis anos, as gestões do senador Tião Viana para garantir recursos e construir condições políticas para que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) inicie atividades de prospecção de petróleo e gás no Acre. Nesse período, quais providências foram tomadas para promover estudos e debates que permitissem avaliar os diferentes cenários que uma futura exploração poderá delinear num contexto próximo?

As opiniões e os anseios da população acreana deveriam ser ouvidos antes mesmo do início das gestões junto à ANP, diante da possibilidade de a exploração petrolífera incluir terras indígenas, inclusive as destinadas a “isolados”. É recomendação expressa do art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a necessidade da consulta prévia, informada e de boa fé, aos indígenas e às suas organizações, sobre projetos de governo e do Legislativo que venham a causar impactos sobre seus territórios e formas de vida. No caso dos recursos minerais, o art. 15 da Convenção é igualmente claro:

“os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras”.

Dada sua relevância, procedimentos semelhantes deveriam ter sido viabilizados junto a toda a sociedade acreana, e especialmente junto a aqueles que vivem na floresta, em cujos lo-

cais de moradia a prospecção e exploração poderiam vir a ocorrer.

Mais de seis anos se passaram, todavia, desde as primeiras iniciativas para viabilizar a prospecção de petróleo no Acre. Somente no período de 12 a 17 de abril deste ano ocorreram as primeiras “palestras”, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, proferidas por diretores e técnicos da ANP e da Petrobrás, para iniciar um “debate” sobre o projeto. É importante frisar que esses eventos resultaram de críticas e demandas da sociedade civil, e não de uma iniciativa oficial, conforme quer fazer crer agora a imprensa acreana. Organizados com palestrantes recrutados pelo gabinete do senador, com a clara intenção de legitimar sua iniciativa de defender a prospecção de gás e petróleo, e construídos por uma maciça campanha de mídia, os “seminários” foram marcados pela ausência de um debate de fato democrático.

Os eventos pouco contribuíram para o esclarecimento da população acreana. Esta ficou sem saber, por exemplo, que, em 7 de fevereiro, véspera do primeiro anúncio do projeto de prospecção pela imprensa do Acre, a Diretoria da ANP já autorizara a abertura de licitação para contratar “serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 105 mil quilômetros lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos nas bacias do Acre, Madre de Dios e Solimões”, ou seja, a primeira etapa da prospecção.

Conforme consta no Diário Oficial da União, o pregão foi aberto em 22 de março e “adiado” quatro dias depois. Previa que os ganhadores seriam conhecidos em 3 de abril, um dia depois, portanto, da comitiva oficial visitar Urucu e nove dias antes do primeiro seminário em Rio Branco. Segundo o pregão, a prospecção aérea incluía o território peruano. Na região de Madre de Dios, asfaltando a Rodovia Transoceânica, hoje atuam a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão, empreiteiras que possuem subsidiárias especializadas na perfuração de poços de petróleo e gás. Apesar da licitação estar formalmente suspensa, o presidente da ANP, Newton Reis Monteiro, afirmou, em entrevista

As questões relacionadas à ampliação dos impactos que, via de regra, resultarão da exploração petrolífera e de gás no Acre não foram devidamente debatidas até o atual momento. Se não forem desde já, quando serão?

Nesse período, quais providências foram tomadas para promover estudos e debates que permitissem avaliar os diferentes cenários que uma futura exploração poderá delinear num contexto próximo?

¹⁶ Lima, E.C. de. “Os impactos do asfaltamento da BR-364 na vida dos Katukina do rio Campinas”. Página 20, 8/5/2005; Martins, H.M.M & Góes, P.R.H de. “BR-364: quem duvidaria da tragédia? Página 20, 16/10/2005; Lima, E.C. de. “A BR-364 e os Katukina: a história se repete?”. In: Povos Indígenas no Brasil/2001-2005. (Ricardo, B. & F.) São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, p. 586-587.

¹⁷ A respeito dos planos de mitigação e compensação implementados em nove terras indígenas com recursos do Projeto “Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs 364 e 317”, com parte do financiamento concedida pelo BNDES ao governo estadual no âmbito do “Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre”, ver Iglesias, M. P. & Aquino, T.V. de. “Gestão territorial e ambiental em terras indígenas no Estado do Acre”. (Subsídio ao Eixo Cultural Político do ZEE do Estado do Acre). Rio Branco, mimeo, 2006, p. 62.

¹⁸ Ver www.map-amazonia.net, website da Iniciativa Madre de Dios, Acre, Pando (MAP).